



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012305-62.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisórias - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Fernanda Cristina Sant'Anna Finoti**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Inicialmente, dê-se ciência dos Ofícios de fls. 137/143.

No mais, trata-se de Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Antecipação da Tutela Jurisdicional, promovida por **FERNANDA CRISTINA SANT' ANNA**, assistida pela Defensoria Pública, contra **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, aduzindo, em síntese, que é portadora de "Lúpus", doença que está ativa e evoluindo com Nefrite. Alega que já utilizou os medicamentos Ciclofosfamida endovenosa, Micofenolato e Agatrapina, que não controlaram a sua doença, razão pela qual lhe foi prescrito o uso do fármaco **Rituximab 500mg**, comercializado no mercado pela marca Mabthera, por via endovenosa, a cada seis meses. Informa que o medicamento prescrito não integra a lista de medicamentos para dispensação pelo SUS; que não tem condições de realizar o tratamento, pois o custo médio da medicação é de R\$ 6.000,00 e está afastada em razão de sua doença, percebendo auxílio-doença, tendo seu pedido administrativo sido negado. Com a inicial vieram os documentos de fls. 9/17.

Decisão que antecipou os efeitos da tutela às fls. 18/19.

A requerida foi citada (fls. 28) e apresentou contestação às fls. 95/101, aduzindo que o SUS não fornece o medicamento pleiteado para o tratamento da doença da autora. Discorre sobre os critérios para a prestação do serviço de forma igualitária, contestando a ingerência do Judiciário na destinação de recursos públicos do Executivo. Requereu a improcedência da ação.

Principais incidentes referentes ao cumprimento da medida liminar às fls. 30/34, 35, 42, 43, 44/45, 48, 54, 55, 84, 89/90, 91.

O Ministério Público opinou pela procedência da ação.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E A DECIDIR.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Cabível o julgamento antecipado da lide, a teor do disposto no art. 330, I, do CPC, pois a questão de mérito é unicamente de direito, estando o feito instruído e apto ao julgamento.

O pedido é merecedor de acolhimento.

Cabe aos Entes Públicos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios ter em seus orçamentos verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde da população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa do documento juntado às fls. 09.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a autora demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento (fls. 09), situação que obriga o Estado a assisti-lo, por força da proteção que lhe garante o art. 196 da CF. Ademais, a necessidade de utilização do medicamento prescrito, foi atestada por médico especialista, que informou que ela já fez uso de outros medicamentos, sem sucesso (fls. 11).

Ante o exposto julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para fornecimento contínuo e por tempo indeterminado do fármaco **Rituximab 500mg**, por via endovenosa, comercializado no mercado pela marca Mabthera, devendo a autora apresentar relatório médico a cada seis meses, a fim de comprovar a necessidade da manutenção da medicação prescrita, bem como receitas médicas, sempre que solicitadas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A requerida é isenta de custas, nos termos da lei.

Não há condenação em honorários de sucumbência pelo fato de a autora estar assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação contra a Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. R. I. C

São Carlos, 29 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**